



PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM COMPARATIVO ENTRE 1980 E 2017 NA CIDADE DE AMPÉRE – PR

Áline Mayara Ferreira
Hieda Maria Pagliosa Corona

As práticas agrícolas tradicionais estão sendo progressivamente abandonadas, inclusive a produção para o autoconsumo, que é uma estratégia para a soberania e segurança alimentar. Este trabalho tem caráter de análise exploratório, e objetiva investigar a produção agrícola do município de Ampére - Pr, dos alimentos que fazem parte da pauta alimentar das famílias brasileiras e compõe a produção de auto-consumo das famílias produtoras como a mandioca, arroz e o feijão, e produtos com fins comerciais como commodities como a soja e o fumo. Com base na análise de dados secundários da produção agrícola entre os anos de 1980 e 2017, com o auxílio do banco de dados da Secretária da Agricultura de Abastecimento – SEAB e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, compilados entre 1980 a 2017 (último ano de atualização dos dados), pode-se observar que a produção de alimentos considerados fundamentais na pauta alimentar do brasileiro e para autoconsumo diminuiu consideravelmente: Arroz (-99,91%); batata-inglesa (-99,05%); Feijão (-90,72%); mandioca (-64,84%), enquanto a soja obteve um aumento de 157,68% na sua produção. Com tais mudanças, a produção baseada no monocultivo da soja modifica significativamente a paisagem como também características técnicas e culturais das famílias, que na sua maioria pertencem à agricultura familiar, pois, a busca pela maior participação comercial e rentabilidade, pode colocar em risco a sua soberania alimentar e incrementar sua dependência do mercado, incluindo a aquisição de alimentos para a sua subsistência.

Palavras-chave: Produção agrícola. Mercantilização. Agricultura Familiar.



1. Introdução

O presente artigo apresenta uma análise comparativa da produção agrícola do município de Ampére - Pr, considerando os alimentos que fazem parte da pauta alimentar comum às famílias brasileiras, como o arroz, feijão, mandioca, batata-inglesa e que compõe a produção de auto-consumo das famílias agricultoras; e os produtos voltados para o mercado de commodities como a soja e o fumo. A pesquisa tem caráter exploratório, com base em dados coletados em bases oficiais da Secretária da Agricultura de Abastecimento – SEAB e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, compilados entre 1980 a 2017 (último ano de atualização dos dados).

A intenção é relacionar tais dados a mudanças que vem ocorrendo na agricultura de base familiar e suas possíveis consequências para a segurança alimentar. Grisa (2007) relata que as unidades familiares intensificam o ritmo de trabalho, dando preferência aos “cultivos comerciais”, independente do princípio da alternatividade, e especializam-se em poucas culturas, diferentemente da policultura existente outrora. A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar.

A inserção da agricultura familiar nas dinâmicas de mercado conforme Santos et al., (2006), seguiram os caminhos das grandes propriedades modernizadas e de alguns agricultores familiares mais capitalizados, em consequência as práticas agrícolas tradicionais vem sendo progressivamente abandonadas, inclusive a produção para o autoconsumo, que é uma estratégia para a soberania e segurança alimentar.

Segundo Filho et al., (2018) no Brasil, a agricultura seguiu percursos que vieram desde o período colonial em forma das plantations e produção camponesa de forma marginal, até a inserção dos colonos imigrantes e a expansão da produção de alimentos. No entanto, foi com a modernização do campo nos anos 1960/70 que as mudanças operaram de forma mais significativa.

A partir de uma perspectiva histórica, das condicionantes socioeconômicas, institucionais e ecológicas do modelo de modernização agrícola que chamei de euro-americano, cuja difusão em nível mundial ocorreu principalmente a partir dos anos 60, no bojo da chamada Revolução Verde. O que se busca mostrar é que as atuais práticas agrícolas consideradas como modernas não foram simplesmente, como é frequentemente afirmado, a única resposta técnica possível ou a mais eficiente para aumentar a produtividade e os rendimentos da terra, de modo a fazer face às necessidades



impostas pelo crescimento demográfico e pelo processo de urbanização. (ROMEIRO, 1998, p. 70).

Romeiro (1998) ainda cita que é possível considerar que o modelo de desenvolvimento agrícola, é baseado na intensa utilização de fertilizantes e insumos para produção agrícola, combinadas com sementes de alta qualidade, e a aplicação de processos mecânicos na produção de alimentos.

Entre essas características que a agricultura vem desenvolvendo ao longo dos anos, Filho et al.,(2018) destaca que esse modelo de desenvolvimento agrário brasileiro possui claramente um caráter mercantilista, econômico e explorador, transformando até mesmo os grandes latifúndios (senhores de terras) em grandes empresários do agronegócio, subsidiados por políticas de Estado, com base na oferta expansiva e subsidiada do crédito rural. Esse gerou enormes consequências ao Brasil, pois, não estruturou um projeto de desenvolvimento sustentável ao produtor rural brasileiro, apenas tratando-o como celeiro de produtos agrícolas, de alimentos e matéria prima para produção em escala nos complexos agroindustriais. Muito além do debate econômico, e dos problemas sociais gerados pela proposta desenvolvida, durante este período, a modernização acumulou amargos resultados sobre a sustentabilidade socioambiental, com aumento do endividamento dos agricultores, êxodo rural, forte dependência de insumos externos a propriedade, esgotamento da capacidade produtiva dos solos, erosão e poluição do solo, água, animais e a perda da biodiversidade.

A agricultura apesar de extremamente tecnificada e considerada eficiente, como citam Balem e Silveira (2005), não está atendendo os pré-requisitos básicos, que é o de garantir alimento na mesa de todos os cidadãos, inclusive na dos produtores. Esta preocupação tem atingido também os setores que trabalham com a agricultura familiar, pois, esta orientação progressiva para o mercado, para o monocultivo e a especialização, tem negligenciado os cultivos para alimentação saudável e de subsistência.

É oriunda do campo parte da dinâmica que promove o crescimento das cidades pequenas (SANTOS & BRAGA, 2009), como é o caso de Ampere - Pr. Segundo o mesmo autor a modernização da agricultura viabilizou a exportação de produtos não tradicional a lógica da agricultura familiar (soja, cítricos) e também afeta a produção de produtos tradicionais que eram voltados basicamente para a alimentação/autoconsumo, como feijão, batata e arroz, etc.



A produção para autoconsumo segundo Grisa (2017) é uma forma de internalizar recursos e estimular a segurança alimentar, diminuindo a exposição da reprodução social às relações do mercado; propicia a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar e, assim, minimiza a sua vulnerabilidade; é uma forma de economização, na medida em que aperfeiçoa a utilização dos fatores de produção (terra e força de trabalho) e dos recursos financeiros; restabelece a co-produção entre homem, natureza e trabalho, potencializando os recursos locais; possibilita atender a demanda alimentar e a realização de valores de troca em virtude da característica da alternatividade; alimenta relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social; e fortalece a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento perante os demais.

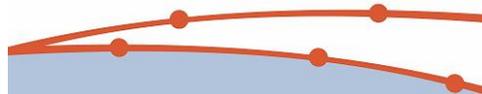
Este trabalho tem caráter de análise exploratória, sobre a produção agrícola, dos alimentos considerados da pauta alimentar e de auto-consumo (mandioca, arroz e feijão) e produtos como commodities (soja e fumo), com base na análise de banco de dados secundários da Secretária da Agricultura de Abastecimento – SEAB, entre os anos de 1980 e 2017, na qual foi a última atualização da produção agrícola do município. Os dados foram analisados e compilados com o auxílio do excel[®] versão 2010.

O município de Ampére -Pr, possui 18.989 habitantes (IPARDES, 2018), e 1.191 pertencentes à agricultura familiar (conforme lei federal, nº 11.326 de 24 de julho de 2006) (EMATER, 2018), as principais lavouras comerciais destacam-se: aveia, cana de açúcar, fumo, feno, milho, soja, trigo e erva mate; a fruticultura (banana, melancia, melão, uva, etc.) e atividades de criação como apicultura, avicultura, bovinocultura, suinocultura e produção leiteira.

O artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, o item seguinte trata da revisão de literatura sobre as temáticas da produção para autoconsumo e mercantilização e segurança alimentar; o segundo trata dos resultados da pesquisa exploratória e por fim as considerações finais.

2. Produção para Auto consumo e mercantilização

Existem sete funções que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar, conforme sugere Grisa (2007): a) manter a alimentação sob controle da unidade familiar, ao contrário de um processo de mercantilização ou externalização e contribuir para



a segurança alimentar; (b) diversificar os meios de vida; (c) economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra; (d) restabelecer a co-produção entre homem, trabalho e natureza; (e) atender tanto a demanda das necessidades alimentares do grupo familiar como à necessidade de criação de valores de troca por meio da alternatividade; (f) promover a sociabilidade; (g) contribuir com a identidade social. Portanto, a produção de alimentos para autoconsumo é um dos fatores explicativos da condição socioeconômica das unidades familiares e configura uma estratégia de fortalecimento da autonomia da agricultura familiar.

Por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo (Gazolla & Schneider, 2006). Uma parcela importante da agricultura familiar foi levada a um processo contínuo de vulnerabilização da segurança alimentar e de perda da sua autonomia frente ao contexto social e econômico (Gazolla, 2004).

Menasche et al., (2008) destaca que nas últimas décadas, as dinâmicas de trabalho e vida das famílias rurais, do segmento que vem sendo nominada agricultura familiar, modificaram-se profundamente, especialmente no Sul do País, em que o processo de modernização da agricultura desenvolveu-se com grande capilaridade. Entre os aspectos que evidenciam essas transformações, pode-se mencionar o emprego intensivo de insumos e maquinários na produção agropecuária e o aprofundamento da integração dessa produção ao setor agroindustrial, assim como a redução do tamanho das famílias e as facilidades de acesso a bens e valores urbanos, decorrentes da melhoria do sistema de transportes e das tecnologias de comunicação.

O desenvolvimento das atividades agrícolas é concebido a partir da expansão, por um lado, da especialização da economia de escala (as que permitem redução de custos unitária de determinada mercadoria pelo aumento da dimensão operacional, em sua produção ou distribuição), e por outro, da diversificação das economias de escopo (esquema operacional passa a produzir ou distribuir mais mercadorias) (SCHNEIDER & NORDER, 2006).

O fortalecimento da diversificada produção agropecuária familiar é apontado, ao lado da infraestrutura social e econômica como um fator decisivo para incrementar a geração de empregos agrícolas e não agrícolas no meio rural. Esta abordagem reforça a crítica



predominante de produção em grande escala, que chega a figurar em documentos do conselho nacional de desenvolvimento rural sustentável (CNDRS, 2002).

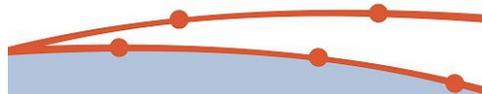
[...] são também os que acreditam que a população rural está condenada a minguar devido a incompleta generalização de imensas pastagens extensivas, ao lado de sistemas de produção de grãos altamente mecanizados, numa combinação que tornaria redundante a maior parte dos quase vinte milhões de pessoas hoje ocupadas em cinco milhões de estabelecimentos agrícolas. (CNDS, 2002)

Os autores aqui citados apontam para um futuro de desistência por parte dos agricultores em manter suas produções nas raízes de seus antepassados, e estão no centro de uma transformação agrícola voltada a mercantilização, tecnificação e especialização de suas produções voltadas ao monocultivo, que além, de coloca-los em dependência do mercado, também coloca em risco a soberania alimentar em relação à produção de alimentos tidos como básicos. A soberania alimentar, segundo Dombek (2006) está no direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo dos alimentos que necessitam. Esta liberdade, de preservar a escolha dos alimentos que produzem e consomem, está declinando em face ao aumento de controle pelo mercado sobre o que deve ou não ser cultivado; à queda da biodiversidade; ao crescimento de monoculturas; e, à predominância da mídia transnacional de massa que promove determinados estilos de vida e alimentos. Soberania alimentar diz respeito também à promoção da produção nacional dos alimentos básicos, em que se busca a autossuficiência.

3. Produção agrícola no Paraná e em Ampère: Desafios para Segurança Alimentar

Se compararmos a população do Paraná de 1980 era 7.629.392 e em 2018 passou para 11.348.937 pessoas segundo dados do IBGE (1980 e 2018). A população vem aumentando, porém a produção de alimentos básicos vem diminuindo, enquanto a de commodities vem aumentando.

Com base nos dados analisados na tabela 1, entre 1980 e 2016 (última atualização dos dados), houve uma diminuição de 81,73% da produção de arroz, a



soja e o fumo tiveram um crescimento exorbitante no estado do Paraná: 213,25% e 224,80%, respectivamente. Se confrontarmos com o crescimento populacional, temos que começar a discutir qual estratégia do estado para garantir sua participação na produção de alimentos voltados para a subsistência, se os alimentos considerados como fonte do sustento, estão a cada dia diminuindo mais a sua produção e aumentando a monocultura.

Tabela 1: Comparação da Produção agrícola de 1980 e 2016 no estado do Paraná, Brasil.

Produção do Paraná (t)	1980	2016	% Crescimento
Arroz	638.000	116.591	- 81,73
Batata-inglesa	521.762	758.484	45,37
Feijão	462.250	595.852	28,90
Trigo	1.350.006	3.486.780	158,28
Mandioca	907.310	3.724.815	310,53
Milho	5.466.967	13.451.521	146,05
Soja	5.400.192	16.916.319	213,25
Fumo	43.582	141.556	224,80

Fonte: Secretária da Agricultura de Abastecimento - SEAB, 2017.

Em relação à Ampére- Pr, houve o aumento da produção de soja em 157,68%, assim como os dados analisados do Paraná, produto este relativamente destinado à comercialização, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2: Produção agrícola de Ampére – Pr, uma comparação entre a produção de 1980, perpassando os anos 2010 a 2017.

Produção agrícola (t)	1980	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	% crescimento
Arroz	2.268	30	10	2	4	4	4	2	2	-99,91
Batata-inglesa	1.575	80	10	10	12	15	15	15	15	-99,05
Feijão	1.530	260	330	216	296	870	690	254	142	-90,72
Trigo	1.680	6.840	4.950	6.250	4.83	7.50	6.87	6.00	2.89	72,02
Mandioca	9.600	8.640	7.440	7.130	7.13	7.13	7.13	6.97	3.37	-64,84
Soja	12.240	18.925	20.500	10.970	19.550	21.800	25.160	28.188	31.540	157,68



Fumo	416	361	289	214	185	185	134	71	81	-80,53
-------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	----	----	--------

Fonte: Secretária da Agricultura de Abastecimento - SEAB, 2017.

A comparação de crescimento foi realizado comparando a produção de 1980 e 2017, onde se observou diminuição da produção de arroz (-99,91%); batata- inglesa (- 99,05%); Feijão (-90,72%); mandioca (-64,84%), alimentos esses considerados para autoconsumo. Pode-se observar claramente que até as cidades ditas como pequenas, como no caso de Ampere-Pr, sofreram o processo de mercantilização, visto a diminuição da produção de seus alimentos considerados como básicos e de subsistência.

O processo de mercantilização discutida por Ploeg (1992) refere-se a situação em que o agricultor passa a depender cada vez mais do mercado para executar a sua reprodução social, e não interfere tão somente a produção de mercadorias, mas também na externalização de etapas do processo produtivo e as relações mercantis que os agricultores estão inseridos. Gazzola (2004) trata esse fenômeno como um processo no qual o agricultor passa a ter a reprodução social e econômica dependente do mercado, que afeta além da esfera econômica, também a cultura, o saber fazer, plantar e os aspectos sociais das famílias.

Em 1980 a Agricultura segundo Martine (1991) foi semeada de grandes vitórias para aqueles que defendiam a intensificação da "modernização" do campo via valorização da agricultura empresarial, consolidação do direito inalienável da propriedade privada e integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola. A reação de políticos, intelectuais, tecnocratas e outros setores outrora defensores da pequena produção, da reforma agrária, ou simplesmente da visão de uma sociedade mais justa, tem sido de notável submissão à aparente força dos eventos.

A reforma agrária, segundo o mesmo autor, tornara-se, no período da intensa modernização, rapidamente anacrônica, sendo defendida por alguns poucos setores como política social compensatória e não mais alternativa viável de reorganização produtiva. Essas mudanças, evidentemente, foram influenciadas por uma conjugação de fatores extra-agrícolas, como os interesses dos capitais (agro)industriais. Mas também foram afetadas pela percepção das limitações técnicas e econômicas de um modelo agrícola baseado, majoritariamente, na pequena propriedade familiar diante das exigências técnicas e mercadológicas alinhadas a modernização, assim como, também pelos avanços reais da agricultura modernizada em diversas regiões e culturas. No entanto, hoje o acesso e



permanência na terra de agricultores familiares podem ser problematizados, quando se foca na segurança alimentar e na produção de autoconsumo.

O principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX foi justamente o fortalecimento de um padrão de desenvolvimento agrário, com base na produção agrícola e animal em grande escala, que tem suas características: o aumento do grau de vinculação em relação ao mercado e as instituições externas de planejamento de produção; a substituição de força de trabalho pelo consumo de insumos de origem industrial; a especialização; a dependência com relação ao suprimento externo de saberes e tecnologias e a rigidez na alocação e uso de recursos produtivos, ou seja, uma elevada homogeneização e padronização das atividades e da paisagem rural; a desconexão entre a produção e os ecossistemas e relações socioculturais locais (SCHNEIDER & NORDER, 2006).

Santos e Braga (2009) a estrutura da produção material (industrial, agrícola) no processo de modernização, mudou tanto a circulação como a distribuição e também o consumo, e também, em parte, há um rompimento da produção de auto-consumo.

A apropriação industrial do processo de produção agropecuária (SCHNEIDER & NORDER, 2006), a despeito de suas variações, levou a uma crescente desconexão entre a produção agropecuária e as condições locais, dentre as quais a natureza, a ecologia, as peculiaridades da força de trabalho, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas autônomas de organização de trabalho. Tais aspectos é possível, ser verificado nos dados apresentados anteriormente que mostra a mudança na produção de agrícola, que outrora eram produzidos alimentos em maior quantidade, cedendo espaço à produção em massa da soja e do fumo.

Este processo de mudança da produção alimentar significa estar completamente dentro do processo da agricultura moderna, onde o processo de modernização da agricultura brasileira segundo Maluf (2004) é desenvolvido no sentido de integrar de forma subordinada a agricultura familiar às grandes cadeias agro-alimentares, como o caso da produção de soja, passando o agricultor a produzir matéria-prima para as indústrias processadoras, no padrão exigido, ou produzir as commodities destinadas à exportação.

A política de implantação deste modelo induziu a monocultura, já que os recursos disponíveis em terra, capital ou trabalho devem ser alocados mais eficazmente nos produtos para o mercado. Neste processo, produzir para subsistência passa a significar o deslocamento destes recursos das atividades responsáveis pelo ingresso monetário anual



na unidade de produção e até a ameaça às condições de atender as constantes inovações no processo produtivo aliadas ao aumento necessário da escala de produção (MALUF, 2004).

Aqui também percebe-se a produção voltada a monocultura, como o aumento da produção da soja, o que Nunes e Balem (2003) também encontraram em assentamentos de Reforma Agrária de Tupanciretã. A orientação para o mercado era essencialmente para um único produto, a soja, assim, os autores referem-se a esse aspecto como sendo derivado do contexto macro da agricultura mundial, que incentiva direta e indiretamente os cultivos para o mercado, a inserção no chamado *Agribusiness*; considerando-se um agronegócio em sua estrutura e logística voltada essencialmente ao cultivo da soja.

Esta mudança da produção agrícola, que caracteriza uma erosão cultural, segundo Balem & Silveira (2005), vem disfarçada através da opção do agricultor em não produzir alimentos de subsistência, seja em função de que este tem preferência pelo produto industrializado, ou está minimizando esforços e diminuindo assim a carga de trabalho, ou não dispõe de áreas para estes cultivos, já que deve priorizar os cultivos comerciais. Tal opção, muitas vezes, é induzida pela política de crédito rural que define o acesso às atividades destinadas ao mercado de exportação ou às grandes cadeias agroindustriais.

Conclusão

A modernização no campo agrícola tem mostrado inúmeros benefícios, como a diminuição do tempo de trabalho, aumento de produção, mas, por outro lado, tem se observado o alargamento das produções de monoculturas e diminuição da produção de alimentos tidos como básicos, como observado nesta análise, com o aumento da produção de soja e fumo, e a diminuição considerável dos alimentos como arroz, mandioca e feijão e a batata. Por se tratar de um estudo apenas analítico exploratório com auxílio de banco de dados, não se pode fazer uma análise mais aprofundada em relação aos aspectos políticos, culturais e sociais, na qual os produtores da cidade de Ampere/Pr estão inseridos. Porém, com os valores apresentados e a mudança significativa da produção, pode se considerar uma erosão cultural, perdendo-se a essência de cultivar alimentos tidos para a subsistência e priorizando a produção do monocultivo, colocando em risco a segurança alimentar.



Dentro desta perspectiva de aumento do monocultivo como commodities, devemos ter políticas que priorizem os processos educativos de produção voltados à produção também de subsistência bem como o incentivo a diversidade agroalimentar.

Referências

- BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **A erosão cultural alimentar: processo de Insegurança alimentar na Agricultura Familiar**.p1-11, 2005 (?). Disponível em<<http://coral.ufsm.br/developimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf> > acesso em 03 de abril de 2019.
- DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. (Dissertação de mestrado), Campinas – SP, [s.n.] 2006.
- EMATER. Perfil da realidade agrícola municipal de Ampére – Pr. 2018 (dados não publicados).
- FILHO, F. L. A.; HEINECK, J. A.; BENVENUTTI, N. Agricultura Familiar – uma história, um legado. Anais do III Congresso Internacional de Educação do Sudoeste do Paraná: Desafios Contemporâneos, 2018.
- GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, 287p., 2004.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Fortaleza – CE, 23 a 27 de Julho de 2006.
- GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 200 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em:< <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 14 de abril. 2019.
- MALUF, R. **Mercados Agroalimentares e a Agricultura Familiar no Brasil: Agregação de Valor, Cadeias Integradas e Circuitos Regionais**. Porto Alegre, Ensaios FEE, V.25, Nº 01, Abril de 2004.
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, Mar. 1991. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003&lng=en&nrm=iso>. Access on 15 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>.



MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão and ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutr.** [online]. 2008, vol.21, suppl., pp.145s-158s. ISSN 1415-5273. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013>.

NUNES, P. B.; BALEM, T. *Reforma Agrária e Agroecologia: um modelo em construção*. Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre, 2003.

PLOEG, J.D. The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: MARSDEN, T.P.; WHATMORE, S. **Labour and locality: uneven development and the rural labour process**. London: David fulton, P.19-43, 1992.

ROMEIRO, A. R. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura**. São Paulo. Annablume. FAPESP, 1998.

SANTOS, A.C. et al. Autoconsumo, Desenvolvimento e Agricultura Familiar. Curitiba: **Deser** Boletim 153, 2006.

SANTOS, R. A.; BRAGA, L.C. **A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná e a interface campo-cidade**. Relatório, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/48.pdf>.

SCHNEIDER, S.; NORDER, L. A. **A diversidade da agricultura familiar**. In: NORDER, Luiz Antonio. Mercantilização, redes e dinâmicas territoriais da Agricultura Família. Porto alegre: editora UFRGS, 2006.

Secretária da Agricultura de Abastecimento – SEAB. Produção Agropecuária. 2017. Disponível em < <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137> . Acesso em 15 de abril, 2019.